

## MMS-FUNDAÇÃO DE SERVICOS DE SAÚDE DE DOURADOS

## Termo de Referência 102/2025

## Informações Básicas

Número do artefato UASG

102/2025 929770-MMS-FUNDAÇÃO DE SERVICOS DE SAÚDE DE DOURADOS

Editado por

JOSE CARLOS ALVES

Atualizado em

30/01/2026 10:36 (v 0.53)

Status

ASSINADO

## Outras informações

Categoria

II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo

Número da Contratação

Processo Administrativo

088/2025

## 1. Definição do objeto

**1.1.** O objeto dessa contratação de empresa especializada para o fornecimento de Oxigênio Medicinal CRIOGÊNICO (oxigênio líquido), e fornecimento de TANQUE CRIOGÊNICO em regime de comodato, VAPORIZADO, central de reserva com cilindros em comodato, nos termos da tabela abaixo, para uso no Hospital da Vida e Unidade de Pronto Atendimento (UPA), destinados ao uso interno nas unidades pertencentes à Fundação de Serviços de Saúde de Dourados – FUNSAUD, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

**1.1.1** Especificações dos Oxigênio Medicinal CRIOGÊNICO (oxigênio líquido), e fornecimento de TANQUE CRIOGÊNICO em regime de comodato, VAPORIZADO como descreve na tabela abaixo:

Item	Catmat	Descrição	Unid	Qtd M³
1	479021	Oxido Medicinal criogênico (oxigênio líquido) grau de pureza mínimo de 99,0 %; Símbolo: O2; Características físico - químicas: Inodoro, Insípido, não inflamável, comburente. Peso molecular = 31.99822, produto sem efeito toxicológico. Aplicações: Anestesias. Reanimação Cardíaca. Terapia Profilática ou Curativa, insuficiência respiratória etc. Com fornecimento de tanque criogênico, vaporizador, cilindros.	M³	130.000

## 1.2. Da natureza do objeto

**1.2.1.** Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, conforme justificativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar.

**1.2.2.** Ressalta-se que o objeto não se enquadra como bem de luxo, conforme definição estabelecida no Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

## 1.3. Da modalidade de contratação

**1.3.1.** A presente contratação será realizada através de Pregão Eletrônico para a aquisição das quantidades e exigências estabelecidas no Documento de Formalização de Demanda.

## 1.4. Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

**1.4.1.** A legislação prevê a adoção de tratamento diferenciado, no presente caso não será aplicado, pois em procedimentos anteriores, quando foram destinadas cotas exclusivas às ME/EPP para itens dentro do limite legal, constatou-se a ausência de êxito, resultando em certames desertos ou fracassados, o que inviabilizou a compras e comprometeu a continuidade dos atendimentos.

**1.4.2.** Em obediência ao artigo 47 da Lei Complementar 123/2006, as contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, todavia o artigo 49 inciso III da mesma lei prevê a possibilidade da contratação não ter tratamento diferenciado para microempresa e empresa de pequeno porte, quando este não se mostrar vantajoso para a Administração ou representar risco de prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

**1.4.3.** A presente contratação tem valor acima de R\$ 80.000,00(oitenta mil reais), porém a divisão em cotas reservadas para ME /EPP, não é vantajoso para a Administração, pois o objeto dessa aquisição é indivisível, portanto não será aplicável o tratamento diferenciado e simplificado previsto para Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI), conforme dispõe o art. 60 da Lei Complementar Municipal nº 331/17 e suas alterações.

**1.4.4.** Tratando -se de um objeto indivisível, caso fosse dado tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, teríamos como ganhadores diferentes fornecedores ocasionando fragmentação da contratação, com possibilidade de entregas em prazos e padrões distintos para o mesmo item. Esse cenário poderia gerar aumento de custos, maior onerosidade e risco de descontinuidade no fornecimento.

**1.4.5.** Assim, o afastamento do tratamento diferenciado justifica-se não apenas em razão do valor estimado, mas também pela natureza técnica e indivisível do objeto, conforme estabelece o art. 4º, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que permite a exceção ao tratamento favorecido quando a divisão ou reserva de cotas puder comprometer a eficiência, a padronização ou a competitividade da contratação.

## **1.5. Da vigência**

**1.5.1.** A vigência inicial do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, com eficácia condicionada à publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

**1.5.2.** Nos termos dos arts. 105 e 106 da Lei nº 14.133/2021, considerando tratar-se de fornecimento contínuo, o contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração, haja autorização formal da autoridade competente e sejam observadas as disposições legais vigentes.

**1.5.3.** A duração total do contrato ficará limitada ao prazo máximo de até 10 (dez) anos, conforme disposto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

**1.5.4.** A prorrogação contratual é faculdade exclusiva da Administração, ainda que presentes os requisitos legais, não constituindo direito subjetivo da Contratada.

## **1.6. Não será adotado o Sistema de Registro de Preços (SRP).**

## **1.7. Da vedação à participação em consórcio.**

**1.7.1. Não será admitida** a participação de consórcios, tendo em vista que a contratação por item torna desvantajosa a adesão de empresas em regime de consórcio, o que implicaria responsabilidade solidária nas obrigações trabalhistas e previdenciárias. Tal condição representa risco contratual relevante e pode gerar graves repercussões à execução contratual, sobretudo em caso de bloqueios judiciais.

## **1.8. Da vedação à participação de Cooperativas**

**1.8.1.** Também **não será** admitida a participação de cooperativas, visto que a exigência de assinatura e anuência de todos os cooperados em procedimentos contratuais, aditivos e pagamentos comprometeria a celeridade e a eficiência da execução do contrato, em desacordo com o princípio da eficiência previsto no art. 37 da Constituição Federal.

## **1.9. O critério de julgamento adotado será o de menor preço por item.**

## **1.10. Modo de Disputa**

**1.10.1.** O modo de disputa será **aberto e fechado**.

**1.10.2.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, será de **R\$ 0,01 (um) Centavo**.

## 2. Fundamentação da contratação

**2.1.** A presente contratação tem por finalidade suprir a necessidade de contratação de empresa especializada em fornecimento de oxigênio medicinal criogênico (oxigênio líquido), bem como fornecimento de tanque de criogênico em regime de comodato, vaporizador, central de reserva com cilindros de comodato, destinados ao uso no Hospital da Vida e Unidade de Pronto Atendimento - UPA, sob responsabilidade da Fundação de Serviços de Saúde de Dourados – FUNSAUD.

**2.2.** Os gases medicinais são insumos essenciais para a execução de procedimentos médicos e assistenciais, sendo utilizados em atividades rotineiras de suporte à vida, oxigenoterapia, anestesia e outros procedimentos clínicos, conforme protocolos assistenciais estabelecidos. Sua disponibilidade contínua é condição indispensável para garantir a assistência integral e segura à população usuária do Sistema Único de Saúde (SUS).

**2.3.** Tais insumos se enquadram na classificação de bens de consumo, uma vez que são utilizados de forma contínua e se esgotam com o uso, nos termos das normas de contabilidade aplicadas ao setor público e de acordo com os códigos de material do Catálogo de Materiais (CATMAT), do Governo Federal.

**2.4.** A ausência ou desabastecimento de gases medicinais compromete gravemente a capacidade das unidades de saúde de realizarem procedimentos clínicos essenciais, levando à interrupção de tratamentos, aumento da demanda reprimida e impactos diretos na resolutividade das ações de saúde.

## 3. Descrição da solução

**3.1.** A solução adotada consiste na contratação de empresa especializada em fornecimento de oxigênio medicinal criogênico (oxigênio líquido) e fornecimento de tanque criogênico, vaporizador, central de reserva com cilindros de comodato por meio da contratação de empresa fornecedora, a ser selecionada mediante procedimento licitatório na modalidade de pregão eletrônico, respeitando os parâmetros legais vigentes.

**3.2.** A contratação será realizada na modalidade de Pregão Eletrônico, visando a contratação de empresa especializada em fornecimento de gases medicinais caracterizado como bem de consumo, com o fornecimento executado por meio de entregas parceladas, conforme cronograma de abastecimento previamente definido pela área requisitante, com base na memória de cálculo que estima o consumo anual das unidades.

**3.3.** O fornecimento ocorrerá de forma contínua, devendo a contratada garantir a reposição do oxigênio medicinal criogênico dentro dos prazos estabelecidos, evitando ruptura no fluxo de procedimentos clínicos e assistenciais.

**3.4.** A contratada deverá garantir que o oxigênio medicinal criogênico fornecidos atendam às normas de pureza, segurança e qualidade exigidas pela ANVISA e demais regulamentações aplicáveis, assegurando a adequação dos cilindros e acessórios para uso seguro nas unidades de saúde.

**3.5.** Os produtos devem possuir registro ativo na ANVISA, prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses a contar da data de entrega, e apresentar instruções claras de uso, armazenamento e descarte, conforme normas técnicas e regulatórias vigentes.

**3.6.** A execução contratual será acompanhada por servidor designado, que verificará a conformidade das entregas com os requisitos técnicos definidos, bem como a regularidade do cumprimento dos prazos e a integridade física dos cilindros e gases fornecidos.

**3.7.** A contratação por pregão eletrônico, com vigência de 10 (dez) anos e é justificada pela necessidade de garantir o fornecimento contínuo e estável de gases medicinais para o Hospital da Vida e a Unidade de Pronto Atendimento - UPA, com base na memória de cálculo que assegura a previsibilidade do consumo anual. A contratada será responsável pela instalação e manutenção de um tanque de armazenamento, arcando com os respectivos custos, o que otimiza a logística de fornecimento e reduz a dependência de reposições frequentes de cilindros. Essa estratégia proporciona maior segurança operacional, minimiza riscos de desabastecimento e assegura a continuidade dos serviços de saúde, promovendo economicidade e eficiência na gestão dos recursos públicos, em conformidade com os princípios da legalidade, transparência e qualidade assistencial exigidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

## 4. Requisitos da contratação

### 4.1. Requisitos Regulatórios e de Sustentabilidade

**4.1.1.** O oxigênio medicinal criogênicos fornecidos devem possuir registro ativo na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), conforme a Lei nº 6.360/1976 e o Decreto nº 8.077/2013. Caso o produto seja isento de registro, a Contratada deverá apresentar documento oficial que comprove a isenção, em papel timbrado, assinado e carimbado pelo representante legal.

**4.1.2.** Para fins de habilitação, a licitante deverá apresentar Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente, conforme exigências regulatórias aplicáveis.

**4.1.3.** Servidores do setor de licitação ou da área técnica da FUNSAUD avaliarão os documentos apresentados, verificando a validade, a descrição do produto, a marca em relação à proposta e a conformidade com as especificações do Edital.

## **4.2. Vedação de Marca/Produto**

**4.2.1.** Não será vedada a oferta de qualquer marca ou produto, desde que atenda às especificações técnicas e condições estabelecidas no Termo de Referência e no Edital, incluindo normas da ANVISA (RDC nº 50/2002) e ABNT (NBR 12.188 e 12.176).

## **4.3. Subcontratação**

**4.3.1.** Fica vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto contratual, uma vez que a rastreabilidade, qualidade e responsabilidade técnica são aspectos diretamente vinculados à empresa contratada.

**4.3.2.** A vedação se fundamenta na necessidade de controle direto pela Administração sobre a origem dos produtos, bem como para evitar riscos sanitários, logísticos e administrativos que poderiam comprometer a execução contratual.

## **4.4. Garantia da Contratação**

**4.4.1.** Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato. "Art. 96. A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos."

**4.4.2.** Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

**4.4.3.** A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

**4.4.4.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

## **4.5. Modalidade da Contratação**

**4.5.1.** O fornecimento do oxigênio medicinal criogênico será realizado por meio de licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34 da Lei nº 14.133/2021.

**4.5.2.** A aquisição enquadra-se como bem comum, conforme artigo 1º do Decreto nº 10.024/2019, sendo a contratação realizada por pregão eletrônico, com vigência contratual de 10 (dez) anos.

## **4.6. Avaliação Técnica e Responsabilidade**

**4.6.1.** A avaliação técnica dos gases medicinais será realizada por equipe designada pela FUNSAUD, com apoio da área requisitante, para verificar a conformidade com as especificações técnicas do Edital, incluindo pureza, segurança e funcionalidade, conforme RDC nº 50/2002 da ANVISA.

**4.6.2.** A Contratada e o fabricante assumem integral responsabilidade pela qualidade e conformidade dos gases medicinais fornecidos, incluindo eventuais defeitos ou inconformidades identificados por laudos técnicos, sendo obrigados a substituí-los imediatamente, sem ônus para a FUNSAUD.

**4.6.3.** Caso necessário, a FUNSAUD poderá exigir a análise de amostras dos gases medicinais, com custos arcados pela Contratada, para comprovar a conformidade com as especificações do Edital.

## **4.7. Condições de Fornecimento**

**4.7.1.** Os gases medicinais entregues devem possuir registro ativo na ANVISA ou comprovação de isenção, conforme Lei nº 6.360/1976 e Decreto nº 8.077/2013.

**4.7.2.** Não serão aceitos gases medicinais com embalagens violadas, úmidas, aderidas ao conteúdo ou sem identificação adequada, devendo estar em conformidade com a legislação vigente, aplicável ao Hospital da Vida e a UPA. **4.7.3.** O acondicionamento e transporte dos gases medicinais devem seguir as normas do fabricante, com proteção contra pó e variações de temperatura.

**4.7.4.** No ato da entrega, os gases medicinais devem ter, no máximo, 1/3 de comprometimento de sua validade, contados a partir da data de fabricação.

#### **4.8. Justificativa da Natureza Continuada do Serviço**

**4.8.1.** A presente contratação, ainda que se refira à contratação de empresa especializada em fornecimento de gases medicinais, como o regime de comodato se trata de bens de consumo, possui natureza continuada devido à necessidade ininterrupta de abastecimento das unidades da FUNSAUD.

**4.8.2.** A interrupção ou ausência no fornecimento de gases medicinais compromete gravemente a operação das unidades hospitalares, podendo interromper procedimentos críticos, como oxigenoterapia, anestesia e suporte respiratório, resultando em riscos diretos à vida dos pacientes e na redução da capacidade de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

**4.8.3.** Assim, a contratação visa garantir o fornecimento regular e programado durante toda a vigência contratual, de modo a assegurar a manutenção dos serviços de saúde prestados à população, alinhando-se ao conceito de fornecimento com natureza continuada previsto no art. 6º, inciso XXII, da Lei nº 14.133/2021.

#### **4.9. DA VISTORIA**

**4.9.1.** A avaliação prévia do local de execução dos serviços é optativa, sendo ofertada para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 08h às 15h; Agendamento pelo e-mail: [gerenciamanutencao.funsaud@dourados.ms.gov.br](mailto:gerenciamanutencao.funsaud@dourados.ms.gov.br).

**4.9.2.** Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

**4.9.3.** Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria;

**4.9.4.** Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

**4.9.5.** A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus decorrentes.

#### **4.10. Das Proposta**

**4.10.1.** A proposta deverá conter as especificações do cotados: o nome comercial, o nome do produto da matéria prima se possível, o nome do fabricante do insumo ofertado. Os objetos constantes na proposta estará sujeitos à análise e pareceres técnicos da FUNSAUD quanto à sua eficácia, segurança, descrição, características e especificações exigidas no Pedido de Licitação.

**4.10.2.** A validade da proposta apresentada, não poderá ser inferior á 60 (sessenta) dias.

#### **4.11. Do Comodato da Infraestrutura e Rede de Oxigênio**

**4.11.1.** A CONTRATADA deverá ceder, instalar e manter, em regime de comodato (sem ônus para a FUNSAUD), a solução completa de armazenamento e distribuição, composta por:

- a) Tanques Criogênicos estacionários conforme capacidades descritas (6.000m³ para Hospital e 3.000m³ para UPA) e respectivas Centrais de Reserva.
- b) Instalação de 300 (trezentos) metros de tubulação em cobre Classe A, sem costura, com diâmetro nominal igual ou superior a 28 mm para os trechos principais de interligação dos setores, seguindo as diretrizes da ABNT NBR 12188.
- c) Instalação de 05 (cinco) pontos de alarme de emergência (visual e sonoro) para monitoramento crítico de pressão e estoque.
- d) Instalação e manutenção de 40 (quarenta) pontos de oxigênio (O), entregues completos com régua, fluxômetros e conexões padronizadas, conforme detalhamento no item **5.3.2.**

#### **4.12. Das Responsabilidades Técnicas da Instalação**

**4.12.1.** A empresa deverá realizar todos os testes de estanqueidade e limpeza (desengraxe) da rede, fornecendo os laudos e a respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) assinada por engenheiro.

**4.12.2.** A manutenção corretiva das 39 régua e de toda a rede de 28mm é de responsabilidade integral da contratada durante a vigência contratual.

#### **4.13. Da Manutenção e Assistência Técnica**

**4.13.1.** A Contratada deverá realizar manutenções preventivas periódicas em todos os equipamentos cedidos em comodato (tanques, rede de 28mm, alarmes e as 39 réguas), conforme recomendações da ABNT e dos fabricantes.

**4.13.2.** A assistência técnica corretiva deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana. O prazo máximo para início dos reparos em caso de falha na rede ou vazamentos é de 04 (quatro) horas após o chamado.

**4.13.3.** A substituição de acessórios das réguas (fluxômetros, vacuômetros ou conexões) que apresentarem defeito deve ocorrer em até 72 (setenta e duas) horas.

#### **4.14. Do Fluxo de Abastecimento**

**4.14.1.** O abastecimento dos tanques criogênicos deverá ser realizado de forma a garantir que o estoque nunca atinja o nível crítico de segurança.

**4.14.2.** O cronograma de entregas regulares será de segunda a sexta-feira, nos horários das 07h30 às 10h30 e das 13h30 às 16h30.

**4.14.3.** Em situações de emergência ou aumento súbito de consumo, a Contratada deverá efetuar o reabastecimento em no máximo 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação da FUNSAUD.

#### **4.15. Da Medição e Conferência**

**4.15.1.** A Contratada deverá fornecer e manter atualizada uma tabela de conversão que relacione a leitura do manômetro diferencial do tanque com a quantidade de gás em metros cúbicos ( $m^3$ ), em condições padrão de temperatura e pressão.

**4.15.2.** Cada abastecimento deverá ser acompanhado de um ticket ou comprovante de entrega, contendo a pesagem ou diferencial de nível, devidamente assinado pelo responsável pelo recebimento na Unidade.

#### **4.16. Das Obrigações Com o Sistema de Reserva**

**4.16.1.** A central de cilindros de reserva deve ser mantida com carga total. Caso ocorra a utilização da reserva devido a falhas no tanque ou na rede, a Contratada deverá repor os cilindros imediatamente, sem ônus adicional de transporte para a Contratante.

#### **4.17. Das Obras Cíveis e Adequações**

**4.17.1.** Fica a cargo da Contratada a execução de toda e qualquer adequação civil necessária para a fixação dos tanques e proteção das centrais de reserva, incluindo bases de concreto, cercamentos e sinalização de segurança, caso as existentes não atendam às normas técnicas.

#### **4.18. Do Treinamento**

**4.18.1.** Após a instalação da rede e dos pontos de alarme, a Contratada deverá realizar treinamento técnico para as equipes de enfermagem e manutenção da FUNSAUD, orientando sobre a operação dos postos de consumo e procedimentos em caso de acionamento dos alarmes.

#### **4.19. Da Desmobilização**

**4.19.1.** Ao término do contrato ou em caso de rescisão, a retirada dos equipamentos em comodato e da tubulação (se houver interesse da FUNSAUD na remoção) será de total responsabilidade da Contratada, que deverá recompor eventuais danos causados à estrutura predial.

#### **4.20. Da Qualificação Técnica Específica**

**4.20.1.** A Contratada deverá manter, durante toda a execução, Engenheiro Responsável devidamente registrado no CREA, que responderá tecnicamente pela integridade da rede de distribuição e dos sistemas de pressão.

### **5. Modelo de execução do objeto**

#### **5.1. Condições Gerais de Fornecimento**

**5.1.1.** A Contratada deverá iniciar a execução do contrato no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, do recebimento da Ordem de Fornecimento, promovendo a instalação completa dos tanques criogênicos, sistemas de vaporização e respectivas conexões à rede hospitalar, de forma a assegurar o início efetivo e ininterrupto do fornecimento.

**5.1.2.** O abastecimento dos tanques criogênicos deverá seguir o cronograma de entrega definido pela Contratante, realizado de segunda a sexta-feira, das 7h30min às 10h30min e das 13h30min às 16h30min, de modo a garantir o suprimento contínuo e seguro.

**5.1.3.** O fornecimento será efetuado no Hospital da Vida e na UPA, conforme endereços descritos anteriormente neste Termo de Referência.

**5.1.4.** A Contratada será responsável pela instalação, manutenção, remoção, movimentação e transporte de todo o sistema de fornecimento, durante toda a vigência contratual, sem ônus para a FUNSAUD.

## **5.2. Do Comodato e Infraestrutura**

**5.2.1.** A Contratada deverá ceder e instalar, em regime de comodato e sem ônus para a FUNSAUD, os tanques criogênicos, sistemas de vaporização, cilindros de reserva e demais equipamentos (incluindo rede e réguas).

**5.2.2. O fornecimento deverá atender:**

- a) Hospital da Vida:** 01 tanque criogênico (mín. 6.000 m<sup>3</sup>) e 32 cilindros de reserva (10 m<sup>3</sup> cada). Prazo: 20 dias corridos.
- b) UPA:** 01 tanque criogênico (mín. 3.000 m<sup>3</sup>) e 12 cilindros de reserva (10 m<sup>3</sup> cada). Prazo: 20 dias corridos.
- c)** Em caso de atraso, a Contratada deverá fornecer imediatamente cilindros gasosos suficientes para assegurar a continuidade do serviço.

## **5.3. Rede de Gases e Detalhamento dos Pontos de Consumo**

**5.3.1.** A solução compreende a instalação e manutenção de **39 (trinta e nove) pontos de oxigênio (O)**, distribuídos conforme os seguintes setores:

**5.3.2. QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS:**

**Hospital da Vida:**

### **1 Clínica Médica Masculina**

- 14 pontos de o<sub>2</sub>;
- 1 Ponto de alarme de emergência.

### **2 Clínica Médica Feminina**

- 9 pontos de o<sub>2</sub>;
- 1 ponto de alarme de emergência.

### **3 Classificação**

- **Recepção:** 1 ponto de o<sub>2</sub>;
- **Quarto:** 2 ponto de o<sub>2</sub>.
- 1 ponto de alarme de emergência

### **4 Raio-X**

- 1 ponto de o<sub>2</sub>.
- 1 ponto de alarme de emergência

### **5 Área Verde Salão**

- 1 ponto de alarme de emergência.

### **6 Área verde Quartos**

- **Quarto 02:** 3 pontos de o<sub>2</sub>;
- **Quarto 03:** 2 pontos de o<sub>2</sub>;

- **Quarto 04:** 2 pontos de O<sub>2</sub>;
- **Quarto 05:** 2 pontos de O<sub>2</sub>;
- **Quarto 06:** 2 pontos de O<sub>2</sub>;
- **Quarto 07:** 2 pontos de O<sub>2</sub>.

**5.3.3.** A rede de distribuição interna deverá utilizar tubos de cobre **Classe A, sem costura, com diâmetro igual ou acima de 28 mm** para interligação dos setores, com instalação de **05 (cinco) pontos de alarme de emergência** por unidade, conforme ABNT NBR 12.188.

#### 5.4. Especificações Técnicas e Segurança

**5.4.1.** O oxigênio medicinal deve possuir pureza  $\geq 99,0\%$  (RDC 870/2024). Os cilindros de reserva devem seguir a NBR 12.176 (cor verde e rotulagem completa) e garantir autonomia mínima de 4 horas.

**5.4.2.** A instalação deve contemplar unidade de suprimento primário (tanque) e secundário (cilindros) interligadas. Técnicos devem utilizar EPIs adequados durante o abastecimento.

**5.4.3.** Os profissionais devem ser qualificados e atuar sob supervisão de Responsável Técnico registrado no CREA, com a devida emissão de ART.

#### 5.5. Manutenção e Substituição

**5.5.1.** A Contratada é responsável pela manutenção preventiva e corretiva de tanques, vaporizadores, rede de 28mm, cilindros, válvulas, reguladores e dos 39 pontos de régua durante toda a vigência.

**5.5.2.** Qualquer equipamento ou acessório com defeito deve ser substituído imediatamente para garantir a segurança operacional.

#### 5.6. Documentação e Controle

**5.6.1.** Fornecimento de manuais, certificados de vasos de pressão atualizados e tabela de utilização/conversão (manômetro diferencial em pol. HO para m<sup>3</sup>) assinada por responsável técnico.

**5.6.2.** A cada abastecimento, emissão de comprovante com data e quantidade, assinado por ambas as partes para fins de rastreabilidade.

#### 5.7. Responsabilidade por Materiais e Obras Cíveis

**5.7.1.** A Contratada será responsável pelo fornecimento e instalação de todos os materiais e componentes necessários à execução da rede de gases medicinais, incluindo tubulações, conexões e mão de obra, observando as normas técnicas e de segurança vigentes.

**5.7.2.** Caso o local de instalação não atenda às especificações técnicas dos tanques criogênicos, a Contratada deverá executar, às suas expensas, a base e a estrutura de suporte adequadas, tanto no Hospital da Vida quanto na UPA, sem qualquer ônus para a FUNSAUD.

### 6. Modelo de gestão do contrato

**6.1.** A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

**6.1.1.** A Contratada deverá iniciar a execução do serviço no prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos**, contados da recebimento da Ordem de Fornecimento, contemplando, de forma **concomitante e obrigatória**, a **instalação dos tanques criogênicos** e o **início do abastecimento de oxigênio medicinal**, de modo a garantir a continuidade ininterrupta do atendimento ao Hospital da Vida e à UPA.

#### Gestão do contrato

**6.2.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.3.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**6.4.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



**6.5.** Em caso de necessidade de ação imediata, a contratante poderá convocar um representante da contratada. A contratada deverá, previamente, designar um responsável para executar as providências solicitadas.

**6.6.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**6.7.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### **Fiscalização Técnica**

**6.8.** As atividades do fiscal técnico serão conduzidas de acordo com as diretrizes estabelecidas no Artigo 21 do Decreto Municipal nº 2.097, de 23 de março de 2023. Este artigo define que o fiscal técnico tem como atribuição principal o acompanhamento detalhado da execução do objeto contratual, assegurando que os serviços ou produtos entregues atendam aos requisitos técnicos especificados no contrato.

**6.8.1.** A Fiscalização Técnica ficará a cargo do Encarregado de Infraestrutura e Logística **Aldinei Vicente** e o Supervisor de Assistência a Saúde **José Carlos Alves**.

#### **Fiscalização Administrativa.**

**6.9.** As atividades do fiscal administrativo estarão em conformidade com o disposto no Artigo 22 do Decreto Municipal nº 2.097, de 23 de março de 2023. De acordo com esse artigo, o fiscal administrativo tem a responsabilidade de acompanhar a execução do contrato sob o aspecto administrativo, assegurando que todas as obrigações e formalidades legais e contratuais sejam cumpridas. Isso inclui a verificação do cumprimento de prazos, a conferência da documentação pertinente, o controle de pagamentos e a gestão de eventuais ajustes contratuais. O fiscal administrativo atua, assim, garantindo que o processo contratual transcorra de maneira eficiente, sem comprometer a legalidade, a transparência e o bom andamento das obrigações envolvidas.

**6.9.1.** A Fiscalização Administrativa ficará a cargo das funcionárias do setor de contratos: **Evelin Loana Magro Lino** e **Gisele Manvailer Silva**.

#### **Gestor do Contrato**

**6.10.** As atividades do gestor de contrato estarão em conformidade com as disposições estabelecidas no Decreto Municipal nº 2.097, de 23 de março de 2023, Art. 20. Portanto, as ações e decisões do gestor de contrato deverão ser pautadas pelo que está previsto nesse decreto, visando à transparência e ao cumprimento das obrigações contratuais de maneira eficaz e legal.

**6.10.1.** A Gestão do Contrato ficará a cargo da Coordenadora de Gestão de Contratos **Leila Lara Silva Escobar Tavares**

## **7. Critérios de medição e pagamento**

#### **Recebimento**

**7.1.** O recebimento provisório dos serviços será realizado em conformidade com o art. 140, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021 e com os arts. 21, inciso X e 22, inciso VII, do Decreto Municipal nº 2.097, de 23 de março de 2023, mediante termos detalhados elaborados pelos fiscais técnico e administrativo, que atestarão o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

**7.2.** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

**7.3.** O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

**7.4.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**7.5.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento nem a responsabilidade ético profissional pela perfeita execução do contrato. Liquidação.

**7.6.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 6º do DECRETO Nº 2.894, DE 19 DE JANEIRO DE 2024.

**7.7.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**7.7.1.** O prazo de validade;

**7.7.2.** A data da emissão; Os dados do contrato e do órgão contratante;

**7.7.3.** O período respectivo de execução do contrato; O valor a pagar; e Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.8.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

**7.9.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.10.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

**a)** verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

**b)** identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

**7.11.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**7.12.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.13.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**7.14.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF. Prazo de pagamento.

**7.15.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 6º do DECRETO Nº 2.894, DE 19 DE JANEIRO DE 2024.

**7.16.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), de correção monetária.

**7.17.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**7.18.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.19.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**7.20.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.21.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

**8.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

### Forma de fornecimento:

**8.2.** O fornecimento do produto será parcelado.

### Exigências de habilitação:

**8.3.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica:

**8.4. Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**8.5. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.6. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.8. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

**8.9. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**8.11. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

**8.12. Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

**8.13. Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

**8.14.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### Habilitação fiscal, social e trabalhista:

**8.15.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**8.16.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**8.17.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**8.18.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**8.19.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**8.20.** Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**8.20.1.** A existência de débitos e/ou obrigações sob discussão e/ou objetos de parcelamentos ou medidas corretivas, que implique a emissão de certidão positiva com efeito de negativa, não desfavorece a regularidade fiscal do licitante.

**8.21.** Caso o licitante não declarar em campo próprio do sistema no ato do cadastramento da propostas. Será exigida da empresa licitante na fase de habilitação a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de acordo com o artigo 93 da Lei nº 8.213/91 Lei dos Benefícios da Previdência Social e artigo 63 inciso IV da Lei 14.133/2021.

**8.21.1.** A declaração apresentada deverá ser mantida válida durante toda a execução contratual, cabendo à contratada garantir cumprimento efetivo das obrigações legais relativas à reserva de cargos.

**8.22.** Caso o licitante não declarar em campo próprio do sistema no ato do cadastramento da propostas, será exigida da empresa licitante na fase de habilitação a declaração de não emprego de menores.

**8.23.** Caso o licitante não declarar em campo próprio do sistema no ato do cadastramento da propostas, será exigida da empresa licitante na fase de habilitação a declaração de inexistência de fatos supervenientes e impeditivos a contratação com a administração pública.

**8.24.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

#### **Qualificação Econômico-Financeira:**

**8.25.** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

**8.26.** Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial de Crédito, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

**a.** Caso não conste na Certidão o prazo de validade da mesma, será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da sua emissão;

**b.** Na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial as licitantes poderão apresentar a certidão de recuperação judicial ou extrajudicial positiva, devendo ainda, anexar algum dos seguintes documentos:

**(i)** Certidão emitida pela instância judicial competente, atestando que a empresa se encontra apta econômica e financeiramente a participar de certames licitatórios;

**(ii)** Comprovação do acolhimento judicial do plano de recuperação, nos termos do art. 58 da Lei n.º 11.101/2005 (em se tratando de empresas em recuperação judicial) ou:

**(iii)** Comprovação da homologação judicial do plano de recuperação (em se tratando de empresas em recuperação extrajudicial).

**8.27.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último ano em exercícios sociais, comprovando;

**8.27.1.** Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

**8.27.2.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

**8.27.3.** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 1 (um) ano;

**8.27.4.** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

**8.28.** Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação documento comprobatório de patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da parcela pertinente.

**8.29.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

#### **Qualificação Técnica**

**8.30.** Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

**8.30.1.** A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**8.31.** Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

**8.32.** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

- a) Identificação da empresa ou órgão contratante, bem como da empresa contratada, ambas com sua razão social, número do CNPJ e endereço;
- b) Descrição dos fornecimentos que foram realizados;
- c) Período de execução do fornecimento;
- d) Assinatura do responsável legal.

**8.32.1.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

**8.32.2.** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**8.33.** ALVARÁ SANITÁRIO OU LICENÇA SANITÁRIA, em vigor emitida pela autoridade sanitária municipal ou estadual (documento a ser emitido pela Vigilância Sanitária da sede da licitante), conforme o caso, segundo o que dispõe a Portaria nº 2814/GM de 29 de maio de 1998 Gabinete Ministerial/Ministério da Saúde.

- a) Quando se mostrar inviável a apresentação do documento em questão, será admitida a apresentação de documento comprovando a renovação/prorrogação do prazo de validade do ALVARÁ/LICENÇA SANITÁRIA. Na ocorrência desta situação, a licitante deverá apresentar além do documento que esteja vencido, o outro documento que comprove a renovação/prorrogação do prazo de validade de seu documento (Alvará Sanitário ou Licença Sanitária).
- b) Quando se tratar de empresa recém constituída será admitida a apresentação do protocolo de solicitação do documento (Alvará Sanitário ou Licença sanitária competente). Neste caso, o documento deverá ser apresentado ao Gestor do Contrato, quando solicitado, sob pena de ser punido com as medidas cabíveis.
- c) Nos casos em que a empresa licitante seja considerada isenta da apresentação do Alvará Sanitário ou da Licença Sanitária, a isenção deverá ser comprovada por meio de documento hábil.
- d) A não apresentação do documento (Alvará Sanitário ou Licença Sanitária) ou ainda da declaração ou protocolo de entrada/renovação, fará presumir que a licitante não possui o documento, ou que não possui condições de revalidação, o que poderá ser motivo da inabilitação da participante.
- e) Os termos, Alvará Sanitário ou Licença Sanitária significam a mesma coisa. A previsão das duas nomenclaturas se dá tão somente pelo fato de que há divergências de designação por localidade, contudo, a licitante deverá ter em mente que deverá apresentar um documento que comprove que ela adota as medidas cabíveis de asseio e vigilância sanitária no acondicionamento ou manuseio de seus produtos.

**8.34.** Registro da empresa no conselho de classe competente, bem como a comprovação de possuir no seu quadro de pessoal permanente, na data prevista para entrega da proposta ou da contratação, profissional(s) de nível superior no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Regional de Química (CRQ), ou Conselho Regional de Farmácia (CRF), através da apresentação de um dos seguintes documentos:

- I – No caso de ser sócio-proprietário da empresa, por meio da apresentação do contrato social ou documento legal, devidamente registrado na Junta Comercial;
- II – No caso de empregado da empresa, por meio de apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CPTS comprovando o vínculo empregatício do profissional na empresa;
- III – No caso de profissional que detenham vínculo por meio de contrato de Prestação de Serviços, a comprovação do vínculo do profissional com a empresa se dará por meio da apresentação do Instrumento Particular de Prestação de Serviço Celebrado entre o profissional e a empresa proponente até a data prevista para a apresentação da documentação, juntamente com a Certidão de Registro da Pessoa Jurídica junto ao respectivo Conselho Regional da Categoria Profissional (CREA ou CRQ ou CRF), com prazo de vigência válido, no qual conste a inscrição do profissional citado no referido Instrumento Particular, como responsável técnico da proponente;

**8.33.1.** A comprovação do vínculo do profissional com a empresa licitante e final, considerando o objeto: instalação, e manutenção preventiva e corretiva de tanque criogênico, é imperativo, incluir no Edital a obrigatória comprovação de que a empresa possui em seus quadros um profissional habilitado devidamente inscrito no CREA com Certidão de Acervo Técnico-CAT que comprove a capacidade técnica da licitante para atender o objeto da licitação.

**8.35.** LICENCIAMENTOS AMBIENTAIS das esferas Municipal, Estadual ou Federal, considerando que o objeto licitado é Oxigênio Medicinal, destinado a saúde e que o fornecimento de produtos para saúde é regulamentado e ainda que se trata de produtos perigosos e potencialmente poluidores e que requer manuseio e transporte adequado;

**8.36.** Licença de Operação para Transporte de Produtos Perigosos de titularidade da empresa licitante ou de empresa contratada /terceirizada para realizar o transporte do objeto licitado, expedido pelo órgão competente da esfera Estadual ou Municipal da sede da licitante ou da contratada/terceirizada.

**8.37.** JUSTIFICA-SE, essas exigências, pois objeto da licitação apresenta elevada complexidade tecnológica, operacional, sanitária e de segurança, o oxigênio medicinal criogênico, insumo crítico e essencial à manutenção da vida dos pacientes, aliado à instalação, operação, manutenção e transporte de produto classificado como perigoso.

**8.38.** Dessa forma, a exigência de qualificação técnica é imprescindível para assegurar que a licitante possua capacidade técnica, operacional e legal adequada à execução do contrato. A comprovação por meio de atestados de capacidade técnica compatíveis com o objeto, licenças sanitárias vigentes, registros profissionais, responsável técnico devidamente habilitado, certificações ambientais e autorizações específicas para transporte de produtos perigosos visa mitigar riscos de interrupções no fornecimento, falhas operacionais ou acidentes que possam comprometer a assistência à saúde pública.

**8.39.** Essa restrição atende aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, garantindo o cumprimento integral das normas técnicas, sanitárias, ambientais e de segurança vigentes, sem prejuízo à competitividade do certame.

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 253.500,00

**9.1.** Foram realizadas pesquisas de preços em conformidade com o Decreto Municipal nº 787/2021, que regulamenta os procedimentos administrativos para a realização de pesquisa de preços para contratação de empresas especializadas em fornecimento de oxigênio medicinal, no âmbito do Município de Dourados, suas autarquias e fundações.

**9.2.** Com base nos valores obtidos, procedeu-se ao cálculo da média simples, desvio-padrão, limites superior e inferior e, por fim, da média saneada, mediante a exclusão dos valores considerados discrepantes em relação ao intervalo estabelecido.

**9.3.** Diante da metodologia adotada, conclui-se que os valores estimados encontram-se compatíveis com os praticados no mercado, conforme demonstrado nas pesquisas de preços e na Planilha de Orçamento Médio, anexas aos autos do processo.

**9.4.** Assim, o custo estimado total da contratação é de **R\$ 253.500,00 (duzentos e cinquenta e três mil e quinhentos reais)**, conforme os custos unitários apresentados na tabela a seguir.

Item	Catmat	Descrição	Unid	Qtd M³	Valor Unit.	Valor Total
		Oxido Medicinal criogênico (oxigênio líquido) grau				

1	479021	de pureza mínimo de 99,0 %; Símbolo: O2; Características físico - químicas: Inodoro, Insípido, não inflamável, comburente. Peso molecular = 31.99822, produto sem efeito toxicológico. Aplicações: Anestesias. Reanimação Cardíaca. Terapia Profilática ou Curativa, insuficiência respiratória etc. Com fornecimento de tanque criogênico, vaporizador, cilindros.	M³	130.000	R\$ 1,95	R\$ 253.500,00
---	--------	---	----	---------	----------	----------------

## 10. Adequação orçamentária

**10.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, de repasses financeiros feitos pela Secretaria Municipal de Saúde de Dourados (Fundo Municipal de Saúde) à Fundação de Serviços de Saúde de Dourados - FUNSAUD, por meio da dotação abaixo discriminada:

**10.1.1.** DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Dotação Orçamentária para o exercício financeiro de 2026, Contrato de Gestão nº 209 /2022/SEMS/PMD de 05/08/2022 (PROCESSO DE LICITAÇÃO nº 174/2022 Inexigibilidade de Licitação nº 007/2022).

## 11. DO REAJUSTE

### Do Contrato

**11.1.** O preço permanecerá fixo e irrevogável durante a vigência do Contrato, salvo se em decorrência de prorrogação de prazo de vigência ultrapassar 12 (doze) meses, hipótese em que a Contratada poderá solicitar através de requerimento.

**11.2.** Havendo a ocorrência do item anterior, o instrumento contratual será reajustado aplicando-se o Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**11.3.** Para aplicação do índice será considerado a data de referência da abertura da proposta, desde que decorrido 12 (doze) meses, e que a Contratada solicite formalmente dentro do prazo de até 30 (trinta) dias do 12º (décimo segundo) mês, renunciando ao reajuste caso não o faça.

**11.4.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**11.5.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

**11.6.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

**11.7.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**11.8.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento **do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.**

**11.9.** O descumprimento de cronograma físico-financeiro, se houver, por responsabilidade da Contratada, bem como de outras obrigações, ensejará a não concessão de reajuste anual.

**11.10.** O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

### 11.11. Da Revisão/Reequilíbrio

**11.11.1.** Caso ocorra o desequilíbrio econômico durante a vigência contratual, a Contratada poderá requerer formalmente à Contratante a revisão dos valores pactuados.

**11.11.2.** Para tanto, deverá relatar em detalhes os fatos (imprevisíveis ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, superveniente ao originalmente contratado), anexando documentos que comprovem o alegado desequilíbrio, informando ainda, o valor pleiteado.

## **12. Sanções Administrativas**

**12.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a)** der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** der causa à inexecução total do contrato;
- d)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f)** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i)** praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**12.2.** A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nas alíneas anteriores ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- I.** Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- II.** Multa, nos termos do art. 156, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas, previstas no artigo 155 da Lei 14.133/2021;
- III.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” “d” “e” “f” e “g” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- IV.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j” e “k” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” “d” “e” “f” e “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

### **Multa:**

- i.** Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, data a partir da qual o atraso será configurado como inexecução total do objeto.
- ii.** Em caso de outras hipóteses de inexecução parcial, poderá ser aplicada multa compensatória de até 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, respeitados critérios de razoabilidade e proporcionalidade, considerando os impactos da obrigação inadimplida.
- iii.** Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) por dia sobre o valor total do contrato, pelo descumprimento dos prazos relativos à apresentação, suplementação ou reposição da garantia contratual;
- iv.** O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021. v. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.



**vi.** Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

**vii.** Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

**viii.** Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

**ix.** Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1 a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações.

**12.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**12.4.4.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**12.5.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

**a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**b)** as peculiaridades do caso concreto;

**c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**d)** os danos que dela provierem para o Contratante;

**e)** implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.6.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente, definidos na referida Lei (art. 159).

**12.7.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.8.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.9.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**12.10.** Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 13. Alinhamento entre a Contratação e o PCA

**13.1.** No ano 2024 foi elaborado um Plano Anual de Contratações, para ser executado em 2025, todavia o mesmo não previu a contratação de **empresa de fornecimento de Oxigênio Medicinal Criogênico (oxigênio líquido)**.

**13.1.1.** A elaboração do Plano de Contratações Anual da A Fundação de Serviço de Saúde de Dourados, para o ano de 2025 não foi concluída com ausência de regramento municipal competente e com falhas por não abranger a totalidade de gastos previstos para o presente ano.

**13.2.** Em 08 de agosto de 2025 foi publicado o Decreto nº 357, dispondo sobre o Plano de Contratações Anual de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicação no âmbito da Administração Pública Direta e Fundacional do Poder Executivo Municipal.

**13.3.** O referido Decreto dispõe em seu artigo 20, que o mesmo passará a vigor em 01 de janeiro de 2026, estando pois em *vacatio legis*, ou seja, sem um Decreto Municipal regulamentador para 2025, dessa forma a FUNSAUD, não elaborou PCA para ser executado em 2026.

**13.4.** Assim sendo, em atenção ao Decreto 357 de 08 de agosto de 2025, a Fundação de Serviços de Saúde de Dourados, elaborará seu Plano de Contratações Anual, em 2026 para valer no ano de 2027.

## 14. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E CONTRATADO

**14.1. São obrigações do Contratante, além das prevista na lei 14.133/2021 (art. 92, X, XI e XIV):**

**14.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

**14.1.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**14.1.3.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**14.1.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**14.1.5.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato e no Termo de Referência.

**14.1.6.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e Contrato;

**14.1.7.** Adotar das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

**14.1.8.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**14.1.9.** A Administração terá o prazo de 30 (trinta), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**14.1.10.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

**14.1.11.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**14.1.12.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**14.2. São obrigações do Contratada, além das prevista na lei 14.133/2021 (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

**14.2.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no edital e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**14.2.2.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

**14.2.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**14.2.4.** Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**14.2.5.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**14.2.6.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os produtos impróprios para consumo entregues;

**14.2.7.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

**14.2.8.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**14.2.9.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

**14.2.10.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique durante execução do objeto contratual.

**14.2.11.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**14.2.12.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

**14.2.13.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);

**14.2.14.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

**14.2.15.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**14.2.16.** Realizar a entrega conforme estipulado no Termo de Referência.

**14.2.17.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

**14.2.18.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

**14.2.19.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

**14.2.20.** Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

**14.2.21.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

**14.2.22.** Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ALDINEI VICENTE**

Encarregado de Infraestrutura e Logística



*Assinou eletronicamente em 29/01/2026 às 17:55:34.*

**JOSE CARLOS ALVES**

Supervisor de Atenção a Saúde



*Assinou eletronicamente em 29/01/2026 às 17:33:17.*

Despacho: Analisado por:

**MICHELLI TAVARES DE SOUZA MONICO**

Supervisora de Compras



*Assinou eletronicamente em 29/01/2026 às 18:06:10.*

Despacho: Revisado por:

**MARCIO ROMEIRO DE AVILA**

Coordenador de Planejamento e Compras



*Assinou eletronicamente em 29/01/2026 às 18:10:44.*

Despacho: Autorizado por:

**MARIA IZABEL DE AGUIAR**

Autoridade Competente



*Assinou eletronicamente em 30/01/2026 às 10:36:31.*